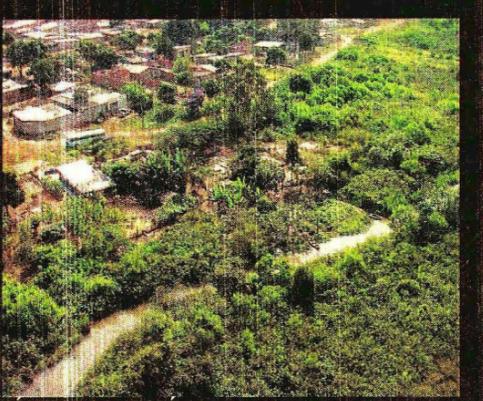


MENOR E PIOR

14 DEZ 2000
CORREIO BRASILENSE

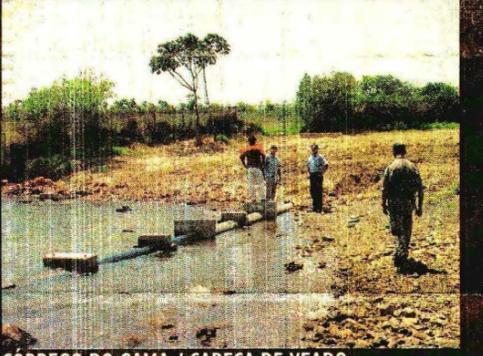
Fotos: Sematec/Divulgação



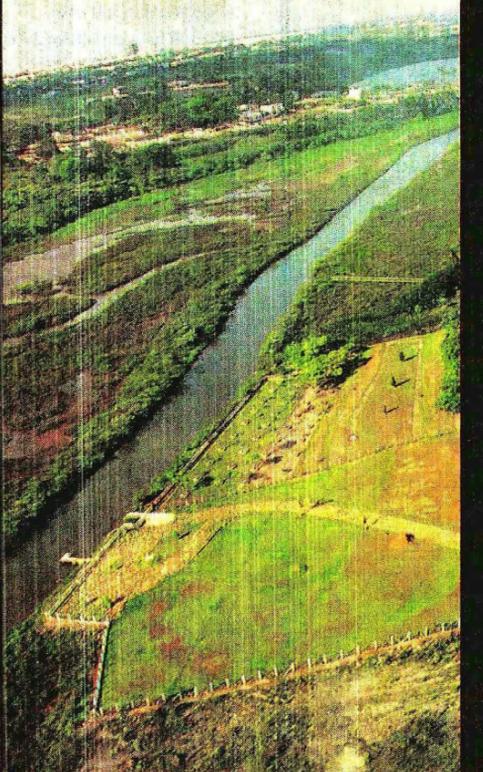
CÓRREGO DO GUARÁ



CÓRREGO DO BANANAL



CÓRREGO DO GAMA / CABEÇA DE VEADO



CÓRREGO DO GUARÁ



CÓRREGOS GUARÁ E VICENTE PIRES

Fabiana Tahan e
Kátia Marsicano
Da equipe do **Correio**

O Lago Paranoá já encolheu 3,2 quilômetros desde sua criação, em 1959. São 41 anos de ação do homem sem nenhum critério para uso desse espaço vital para o Distrito Federal. Esgotos clandestinos, lixo, desmatamento da mata ciliar e ocupações irregulares já destruíram uma área hídrica equivalente a 213 campos de futebol.

Esse diagnóstico assustador é resultado do levantamento realizado em novembro pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh). O mapeamento foi feito a partir de duas áreas de abrangência: uma faixa marginal de 1.050 metros do lago e a bacia de drenagem, que abriga importantes unidades de conservação.

Só para se ter uma idéia, lá estão os 30 mil hectares do Parque Nacional de Brasília, a Estação Ecológica do Jardim Botânico, a Reserva Ecológica do Guará, as Áreas de Relevante Interesse Ecológico (Arie) do Riacho Fundo, do Paranoá e do Cerradão e as Áreas de Proteção Ambiental (APA) dos ribeirões Gama-Cabeça de Veado e Bananal.

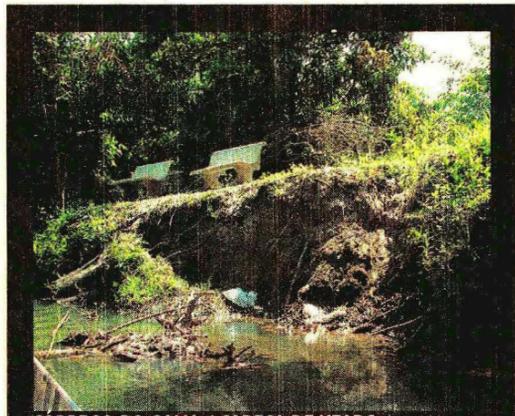
A bacia do Paranoá é a única totalmente brasiliense, pois todos seus rios nascem e percorrem seu trajeto dentro do Distrito Federal. Diferente do que ocorre nas bacias dos rios Descoberto, São Bartolomeu, Maranhão e Preto, que abrangem terras de estados vizinhos.

É justamente a situação desses afluentes o que mais preocupa os ambientalistas. Como o número de invasões nessas regiões só cresce, o impacto no meio ambiente está cada vez mais incisivo. "Os chacareiros que ocupam essas áreas próximas aos afluentes passam tratores que destroem a mata ciliar, provocando um assoreamento da bacia. Quando chove, como não há barreiras naturais, toda a terra vai para o rio e conseqüentemente para o lago", explica a geógrafa Mônica Moscoso, diretora da Associação Patrulha Ecológica, organização não-governamental formada há 15 anos.

Foi no levantamento feito no Córrego do Torto, realizado anteriormente pela geógrafa, que a secretaria se baseou para fazer o estudo que deu origem à Agenda de Sustentabilidade do Lago Paranoá. O objetivo é definir uma política específica de proteção que assegure a manutenção da área. "Pelo próprio curso da natureza, lagos e rios tendem a diminuir de tamanho, virar pântanos e até desaparecer. Tendo em vista que o lago Paranoá é artificial e o homem está atuando ali de forma maléfica, o processo está cada vez mais acelerado", avalia Mônica Moscoso.

Na opinião da geógrafa, o importante agora é saber o que causou todo esse impacto, multar os responsáveis e obrigá-los a recuperar essas áreas. Idéia também defendida por João Arnolfo Carvalho, membro do conselho do Meio Ambiente e do Fórum das ONGs. "Se não houver a ação de uma polícia ambiental, envolvendo Ministério Público e ações judiciais, fica difícil sustentar o lago por muito mais tempo. Isso implica punir desde o invasor mais pobre ao morador do Lago Sul."

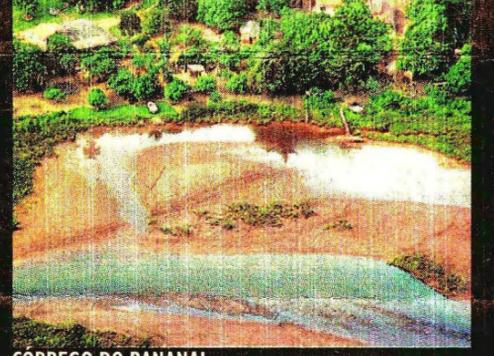
A sugestão de Arnolfo esbarra na precariedade da fiscalização disponível na secretaria. São apenas 11 agentes para todo o Distrito Federal, o que na prática torna inviável qualquer política punitiva séria. "Temos negociações avançadas para conseguir contratações para a fiscalização. Também estamos buscando alternativas como remanejamento e treinamento de fiscais florestais para o trabalho", diz o sub-secretário da Semarh, Fernando Fonseca, coordenador da agenda. Ele é o primeiro a reconhecer o descaso em que se encontra o



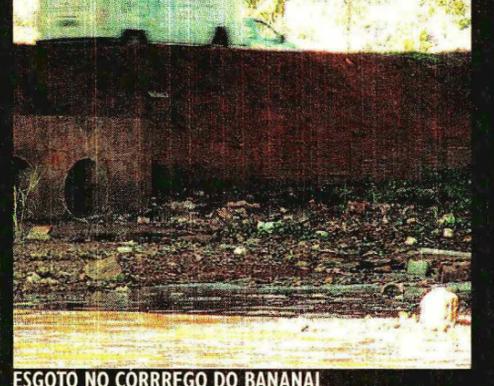
CÓRREGO DO GAMA / CABEÇA DE VEADO



CÓRREGOS DO TORTO E DO BANANAL



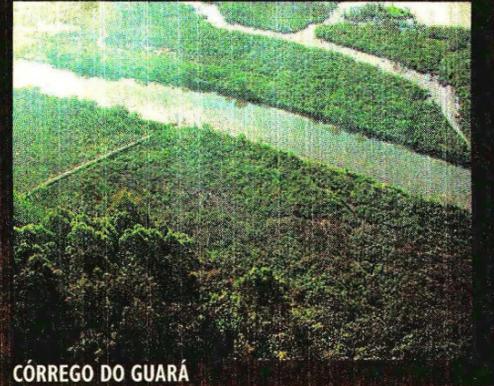
CÓRREGO DO BANANAL



ESGOTO NO CORRREGO DO BANANAL



CÓRREGO DO BANANAL



CÓRREGO DO GUARÁ

Lago Paranoá. "O resultado do nosso mapeamento foi devastador", diz.

A secretaria dispõe de uma verba anual, para financiar projetos e ações, de R\$ 700 mil, o equivalente a 5% do orçamento total da pasta. "O dinheiro não é muito, mas temos um poder de articulação enorme por força da legislação. O projeto Vamos abraçar o lago (de limpeza) foi feito com a ajuda de empresas, ONGs e população", diz.

De fato, o poder de mobilização para causas ambientais é grande. Exemplo da Companhia Energética de Brasília, uma das empresas que participaram do projeto, tem interesse direto na preservação do Lago Paranoá, como a captadora de recursos hídricos do DF. "Tudo que diz respeito ao lago diz respeito a CEB", diz Maurício de Nassau, diretor de operações da empresa.

Depois de baixar o nível do Lago Paranoá para facilitar a limpeza e preparar para a época de chuvas, a empresa agora está subindo o nível das águas, que só deverá voltar a normalidade — 1.000,65 metros — no mês de abril. Atualmente esse nível está em 999,72 metros. "A nossa estratégia é manter uma cota que possa acomodar uma quantidade inesperada de chuvas", diz. A partir do final de dezembro o lago subirá um centímetro por dia.

COMITÊ

Uma das ações da Agenda de Sustentabilidade do Lago é a criação imediata do Comitê de Bacias, já previsto pela Lei das Águas, como ficou conhecida a lei federal 9433/97. Esse futuro comitê, composto por membros da sociedade civil, governo e empresários, deverá regular o uso e a ocupação de toda área de abrangência da bacia.

O comitê também ficará responsável pela cobrança de taxas pelo uso dos recursos hídricos. "O usuário vai pagar, mas também irá discutir como aquele dinheiro será usado. É muito diferente do pagamento do IPTU, por exemplo, que o governo arrecada, mas a população fica sem saber onde aquele dinheiro está sendo usado", compara Paulo Salles, um dos responsáveis pela Comissão das Águas, que estuda a implantação do Comitê de Bacias.

Por enquanto, ainda não se sabe como, quem e quanto será cobrado, mas os ambientalistas comemoram o fato de que, pela primeira vez, uma legislação dá autonomia à sociedade para gerenciar um recurso natural. "É revolucionário", comenta Salles.

Assim como seus colegas ambientalistas, o professor de ecologia da Universidade de Brasília ficou bastante impressionado com a situação crítica que se encontra o Lago Paranoá. "Esses problemas ambientais nunca poderiam estar acontecendo na capital do país em pleno século 21", critica.

Para Salles, a Agenda de Sustentabilidade é uma iniciativa importante da secretaria, mas esbarra em interesses divergentes dentro do próprio governo. "A Semarh está fazendo corretamente, mas infelizmente a minha impressão é que não é uma ação do governo como um todo. Todos têm que tocar a mesma partitura", diz Salles, referindo-se à política fundiária do governo Roriz e aos conflitos de interesse em relação à ocupação no DF, para ele a grande ameaça à Bacia do Paranoá.

A exemplo do que será feito no DF, várias capitais, como São Paulo, já criaram os comitês de bacias hidrográficas. Para a promotora de Defesa do Meio Ambiente, Juliana Santilli, a formação do grupo vai ser decisiva para o destino da cidade. "Brasília está crescendo desordenadamente e a questão da água não pode ser esquecida", diz.

CONTINUA NA
PÁGINA 2